



SABERES E HISTÓRIAS DO POVOADO TABOQUINHA NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Guilherme Vieira Menezes

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

email: gui.guifera@hotmail.com

Joelma Trajano dos Santos

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

email: joelmatrajano2013@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Sociais. Semiárido Brasileiro. Povoado Taboquinha.

INTRODUÇÃO:

Muito se refere à realidade do Semiárido brasileiro como a terra da seca e do atraso econômico e social. “Desde o Período Colonial até hoje, relatos e imagens sobre o Semiárido, em sua maioria, enfatizam paisagens naturais desérticas e desoladoras, e o flagelo social da população sertaneja nos períodos de seca” (SILVA, 2006, p.92). Porém, segundo Silva (2006), é possível observar nas últimas décadas a construção de uma concepção “que possibilite a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política” (p.14).

Neste sentido, através de uma visão crítica da realidade desta região, objetivamos, nesta breve discussão, contribuir para o fortalecimento da efetivação dos direitos sociais os quais, por vezes, são negligenciados no cotidiano da população que reside nesta localidade, em especial no Povoado Taboquinha, na região semi-árida do estado de Alagoas.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO:

Para a realização deste estudo foi lançado um olhar sobre o cotidiano da família Mendes Silva, agricultores residentes no Povoado Taboquinha desde longa data, analisando o contexto em que estão inseridos e suas contribuições para a comunidade em questão. Também foi utilizada uma entrevista informal, uma conversa com esta família composta pelo casal de agricultores e seus doze filhos. Enfatizamos que os dados foram coletados no mês de novembro de 2012 pela equipe de discentes da Universidade Federal de Alagoas/Polo Palmeira dos Índios, sob autorização de utilização de imagens e dados. A escolha dos agricultores convidados a participar deve-se a participação dos mesmos no desenvolvimento e

história da comunidade, desvelando, assim, seu território e seu cotidiano relacionando-os a perspectiva de efetivação dos direitos sociais, dando ênfase ao direito à educação.

Recorremos também às pesquisas bibliográficas, as quais possibilitaram o resgate da realidade dos atores sociais envolvidos na construção da vida nesta região que apresenta características tão complexas “tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração dos seus recursos naturais” (SILVA, 2006, p. 18).

DISCUSSÃO:

Segundo dados do Ministério da Integração disponibilizados através da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) – rede formada por organizações da sociedade civil com o objetivo de desenvolver políticas para a região semiárida brasileira - a região abrange uma área de 969.589,4 km², compreendendo 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe¹. É o Semiárido mais úmido do mundo, tendo como potencial natural a biodiversidade da caatinga – único bioma exclusivamente brasileiro (BRAGA, 2004).

Considerado o semiárido mais populoso do planeta (cerca de 22 milhões de pessoas vivem nessa região, ou seja, 11,8% da população brasileira), “essa região experimentou alguns avanços econômicos e sociais nas últimas décadas” (SILVA, 2006, p.05); porém apesar do potencial da natureza e da população, o Semiárido ainda é marcado por expressivas desigualdades sociais; mais da metade da população pobre do país vive na região.

A região é marcada por uma forte concentração de renda e riquezas: metade da população no Semiárido não possui renda ou tem como única fonte de rendimento os benefícios governamentais. Neste sentido, “constata-se a estagnação ou a lentidão do crescimento econômico e a permanência de indicadores sociais abaixo das médias nacional e regional” (SILVA, 2006, p. 13).

No entanto, mudanças significativas estão ocorrendo na região semiárida a fim de superar as suas problemáticas socioeconômicas e naturais: “um conjunto de experiências alternativas voltadas para uma convivência mais sustentável com a região semiárida e com o meio ambiente em geral” (BRAGA, 2004, p. 30). Neste contexto fatores como os climáticos, sócio-históricos, políticos, econômicos e ambientais são determinantes para a construção de

¹ Fonte: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105. Acesso em 06.01.12 às 20h09min. Vale ressaltar que, segundo a última delimitação feita pelo Ministério da Integração Nacional, a quantidade de municípios que compõem o Semiárido foi ampliada, conforme a Portaria Ministerial nº 89, de 2005, sendo incorporadas outras 102 cidades, totalizando 1133 municípios na região semiárida brasileira.

condições de vida baseadas “não na ideia do combate à seca, mas na lógica da convivência” (BRAGA, 2004, p. 34). Esta concepção de convivência com o semiárido pode ser definida, com base em Silva (2006), como:

Um perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semi-árido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais (p.272).

Inserido neste contexto, encontramos o Povoado Taboquinha – ponto central de nossa discussão. Localizado entre os municípios de Arapiraca, Feira Grande e São Sebastião (estado de Alagoas), possui 695 habitantes, predominando a agricultura familiar como atividade econômica, com destaque para a produção do fumo (OLIVEIRA e SANTOS, 2007), apesar do declínio na produção iniciado nos anos 1990.

Oliveira e Santos (2007), através de um trabalho realizado com agricultores da localidade, fizeram um breve resgate histórico do Povoado entrevistando moradores mais antigos, os quais afirmaram que:

Há 170 anos aproximadamente, essa região foi refúgio de três mulheres: Chiquinha, Cabocla e paca, que buscavam local para residirem, vindas de Palmeira dos Índios com medo dos senhores de engenho mandar os escravos atacá-las. Encontram aqui grande número de tabocas bem pequenas, daí o nome “Taboquinha” (s/p).

Em nossa conversa com a família Mendes Silva observamos alguns aspectos relativos a construção social do cotidiano e dos direitos sociais dos indivíduos desta localidade. É o caso do direito à educação o qual fora negligenciado no cotidiano dos genitores da família Mendes Silva. Em seu discurso sobre sua infância, quando perguntado se seus pais o matricularam na escola, o senhor Mendes afirma:

Não colocou porque não tinha condição. Naquela época nem era essa fartura de gente; os sítios era quatro, cinco moradores e as escolas eram duas, três léguas e eles (seus pais), em vez de me mandar pra escola, me mandava pra roça. Me mandava não! Ia mais eu. No inverno, na época do inverno, a gente tava na roça; quando batia o mês de setembro, pra usina, bater torrão e assim ficamos.

Porém, fica evidenciado, ainda na fala do senhor Mendes, a relevância da educação enquanto um instrumento de transformação social, apesar dele não ter tido acesso a educação formal na infância: “*Estudei em escola noturna, eu pagando. Pagava cem mil réis por mês pra estudar com uma professora. Também passei pouco tempo; aprendi somente assinar o nome, aí me serviu*”. E completa suas colocações a cerca das possibilidades de crescimento e de mudanças sociais por meio da educação, relatando como seus doze filhos seguiram

trajetórias diferentes, mas impulsionados pela concepção de crescimento, sem negar suas origens culturais.

Como já mencionado, a escolha em nos debruçar sobre a história e o cotidiano da família em questão deve-se ao destaque e participação efetiva desta no Povoado. Uma das filhas do casal Mendes descreve o envolvimento de sua família na comunidade expondo que: “os meus pais, a minha família na comunidade Taboquinha é um destaque; não só como filho, como profissional, mas sim como pessoa na comunidade, porque a nossa preocupação não é só com a gente e sim com toda população”.

Dentro deste contexto de preocupação com o desenvolvimento da comunidade por meio da educação e da formação profissional que a família Mendes Silva, juntamente com algumas mulheres, organizou uma Associação para a produção de broa, um tipo de biscoito à base de farinha de milho, pão de macaxeira, doces de frutas da região e bolos de mandioca. A filha do casal relata como foi criada esta Associação:

Devido essa preocupação que a gente temos com as pessoas carentes de Taboquinha, a gente, em 2005, fez uma pesquisa e viu que a Taboquinha precisava muito de recursos. Os maridos trabalhava na usina e as mulheres não tinha condições; daí essa família teve a ideia de ir casa a casa da comunidade e ver o que a gente poderia fazer pra que essas mulheres tivesse recurso. Daí, então, a gente conseguiu formar, capacitar 25 mulheres a qual fizemos cursos e mais cursos e hoje trabalhamos com broa que é um destaque na região agreste. Eu, inclusive, sou a secretária dessa associação. (...) E estamos em luta, buscando cada dia mais melhorar o produto pra poder a gente conseguir mais mercado pra venda desses produtos e a nossa renda crescer cada vez mais; não só da nossa família aqui, mas, sim de toda comunidade.

Ressaltamos que técnicos extensionistas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI/Alagoas) acompanham este grupo de mulheres, orientando-as com noções de empreendedorismo, tais como: produção, a comercialização dos produtos e sobre associativismo². Hoje, a Associação de mulheres do Povoado Taboquinha é exemplo para agricultores familiares de municípios do semiárido de Alagoas, com a produção alimentos a partir da matéria-prima típica da região.

²Fonte: <http://www.alagoastempo.com.br/noticia/7017/negacios/2011/08/16/empreendedoras-de-taboquinha-recebem-visita-de-agricultores-do-agreste.html>. Acesso em 24.01.13 às 09h45min.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Apresentamos aqui a experiência de convivência com a região semiárida brasileira, retratando a habilidade dos atores sociais possuem de transformar a realidade na qual estão inseridos, construindo, assim, uma história de cidadania e superação.

O que se pode perceber em experiências como as presenciadas no Povoado Taboquinha é o fortalecimento de ações que contribuam com a consolidação dos direitos sociais e o fortalecimento dos indivíduos em um sentido social, político, econômico, como também do ponto de vista da formação dos atores sociais. .

A partir dos olhares cotidianos da família mencionada ficou evidente que, o que impera entre esses agricultores, esses moradores, esses narradores de Taboquinha, além do respeito entre si, é que são herdeiros de saberes locais. Reconhecem-se como filhos da terra, de um território e de um cotidiano que se adapta à modernização do campo, mas que não se esquecem de sua trajetória.

REFERÊNCIAS:

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Semiárido**. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105. Acesso em 19.01.13 às 18h35min.

BRAGA, Osmar Rufino. Educação e convivência com o semi-árido: introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semi-árido brasileiro. In.: KÜSTER, Ângela; MATTOS, Helena Oliveira de Mello [org.]. **Educação no contexto do semi-árido brasileiro**. Juazeiro–BA, Fundação Konrad Adenauer, Selo Editorial RESAB, 2004.

OLIVEIRA, Elielton Amaral de; SANTOS, Valdenice dos. **Resultado do Diagnóstico Rural Participativo da Comunidade Taboquinha**. Secretaria da Agricultura, Gerência Regional do Agreste. 2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília, 2006. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Disponível em http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2309/1/2006_Roberto%20Marinho%20Alves%20da%20Silva.pdf. Acesso em 17.01.13 às 16h47min.